



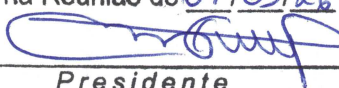
PREFEITURA MUNICIPAL DE RESPLENDOR

CEP 35.230-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 18.413.161/0001-72

PRAÇA PEDRO NOLASCO, 20 - CENTRO - TELEFONE (33) 3263-1255 - FAX (33) 3263-1856

PROJETO DE LEI Nº 011, DE 28 DE ABRIL DE 2026
PROCESSO Nº 116 12026

Lido na Reunião de 04/05/26

Presidente

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2027 DO MUNICÍPIO DE RESPLENDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Resplendor, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais, aprova, e eu, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2o, da Constituição da República, Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e na Lei Orgânica Municipal as diretrizes orçamentárias do Município para o exercício de 2027, compreendendo:

- I – as prioridades e metas da administração pública municipal;
- II – a estrutura e organização dos orçamentos;
- III – as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- IV – as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- V – as disposições sobre alterações na legislação tributária;
- VI – as disposições gerais.

CAPÍTULO I

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

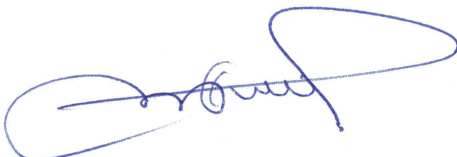
Art. 2º Constituem prioridades e metas da administração pública municipal a serem priorizadas na proposta orçamentária para o exercício de 2027, em consonância com o art. 165, § 2o, da Constituição da República, as quais terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária para o exercício de 2027, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas, as metas fiscais determinadas nos anexos que compõem essa lei.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 3º Para efeito desta Lei, entende-se por:

- I – Programa: o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;
- II – Atividade: o instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;





PREFEITURA MUNICIPAL DE RESPLENDOR

CEP 35.230-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 18.413.161/0001-72

PRAÇA PEDRO NOLASCO, 20 - CENTRO - TELEFONE (33) 3263-1255 - FAX (33) 3263-1856

III – Projeto: o instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo; e,

IV – Operação Especial: as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º As atividades, projetos e operações especiais serão desdobrados em subtítulos, especialmente para especificar sua localização física integral ou parcial, não podendo haver alteração das respectivas finalidades e da denominação das metas estabelecidas.

§ 3º Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam.

§ 4º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais, e respectivos subtítulos com indicação de suas metas físicas.

Art. 4º O orçamento discriminará a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, a modalidade de aplicação, a fonte de recursos, o identificador de uso, e os grupos de despesa conforme, a seguir, discriminados:

I – pessoal e encargos sociais;

II – juros e encargos da dívida;

III – outras despesas correntes;

IV – investimentos;

V – inversões financeiras, incluídas quaisquer despesas referentes à constituição; e,

VI – amortização da dívida.

Art. 5º O orçamento compreenderá a programação dos Poderes do Município, seus Fundos, Órgãos, Autarquias, inclusive especiais, e Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

Art. 6º A lei orçamentária discriminará em categorias de programação específicas as dotações destinadas:

I – à concessão de subvenções sociais e econômicas;

II – ao pagamento de precatórios judiciais, e,

III – as despesas com publicidade, propaganda e divulgação oficial.

Art. 7º O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo, e a respectiva lei, será constituído de:

I – mensagem;

II – texto da lei;

III – quadros orçamentários consolidados;

IV – anexos do orçamento, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;



PREFEITURA MUNICIPAL DE RESPLENDOR

CEP 35.230-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 18.413.161/0001-72

PRAÇA PEDRO NOLASCO, 20 - CENTRO - TELEFONE (33) 3263-1255 - FAX (33) 3263-1856

V – discriminação da legislação da receita.

Parágrafo único. Os quadros orçamentários a que se refere o inciso II deste artigo, incluindo os complementos referenciados no art. 22, III, da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, são os seguintes:

I – evolução da receita segundo as categorias econômicas e seu desdobramento em fontes, discriminando cada imposto e contribuição de que trata o art. 195 da Constituição da República;

II – evolução da despesa segundo as categorias econômicas e grupos de despesa;

III – resumo das receitas do orçamento, isolada e conjuntamente, por categoria econômica;

IV – resumo das despesas do orçamento, isolada e conjuntamente, por categoria econômica;

V – receita e despesa, do orçamento, isolada e conjuntamente, segundo categorias econômicas, conforme o Anexo I da Lei no 4.320, de 1964;

VI – receitas do orçamento, isolada e conjuntamente, de acordo com a classificação constante do Anexo III da Lei nº 4.320/1964;

VII – despesas do orçamento, isolada e conjuntamente, segundo Poder e órgão, por grupo de despesa;

VIII – despesas do orçamento, isolada e conjuntamente, segundo a função, subfunção, programa, e grupo de despesa;

IX – programação referente à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, nos termos do art. 212 da Constituição da República, em nível de órgão, detalhando fontes e valores por categoria de programação;

X – programação referente às ações e serviços públicos de saúde, nos termos da Lei Complementar 141, de 13 de janeiro de 2012, em nível de órgão, detalhando fontes e valores por categoria de programação.

Art. 8º O Poder Legislativo do Município encaminhará ao Poder Executivo, até 20 de agosto de 2026, sua respectiva proposta orçamentária, através de ofício, para fins de consolidação no projeto de lei orçamentária do Município.

Art. 9º Cada projeto constará somente de uma esfera orçamentária e de um programa.

CAPÍTULO III DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Seção I Das Diretrizes Gerais

Art. 10. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária para o exercício de 2027 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

Parágrafo único. Serão divulgados na Internet, ao menos:

I – pelo Poder Executivo, informações relativas à elaboração do projeto de lei orçamentária:



PREFEITURA MUNICIPAL DE RESPLENDOR

CEP 35.230-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 18.413.161/0001-72

PRAÇA PEDRO NOLASCO, 20 - CENTRO - TELEFONE (33) 3263-1255 - FAX (33) 3263-1856

a) as estimativas das receitas de que trata o art. 12, § 3º da Lei Complementar nº 101, de 2000;

b) a proposta de lei orçamentária, inclusive em versão simplificada, seus anexos, a programação constante do detalhamento das ações e as informações complementares.

Art. 11. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária para o exercício de 2027 deverão levar em conta a obtenção de superávit primário.

Art. 12. O projeto de lei orçamentária poderá incluir a programação constante de propostas de alterações do Plano Plurianual 2026/2029, que tenham sido objeto de projetos de lei específicos.

Art. 13. O Poder Legislativo terá como limite das despesas correntes e de capital em 2027, para efeito de elaboração de sua respectiva proposta orçamentária, o somatório da receita tributária e das transferências constitucionais, nos termos do art. 29-A da Constituição da República.

Art. 14. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 15. Na programação da despesa não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras.

Art. 16. Além da observância das prioridades e metas fixadas nos termos do art. 2º desta Lei, a lei orçamentária e seus créditos adicionais, observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101 de 2000, somente incluirão projetos ou subtítulos de projetos novos se:

I – tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos e respectivos subtítulos em andamento;

II – os recursos alocados viabilizarem a conclusão de uma etapa ou a obtenção de uma unidade completa, considerando-se as contrapartidas de que trata o inciso II do caput do art. 36 desta Lei.

Art. 17. Não poderão ser destinados recursos para atender as despesas com:

I – celebração, renovação e prorrogação de contratos de locação e arrendamento de quaisquer veículos para representação pessoal;

II – sindicatos, clubes e associações de servidores ou quaisquer outras entidades congêneres, excetuadas creches e escolas para o atendimento pré-escolar;

III – pagamento, a qualquer título, a servidor da administração pública ou empregado de empresa pública, ou de sociedade de economia mista, por serviços de consultoria ou assistência técnica, inclusive custeados com recursos provenientes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, firmado com órgãos ou entidades de direito público ou privado.

Art. 18. Somente poderão ser incluídas no projeto de lei orçamentária dotações relativas às operações de crédito correspondente ao montante da despesa de capital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RESPLENDOR

CEP 35.230-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 18.413.161/0001-72

PRAÇA PEDRO NOLASCO, 20 - CENTRO - TELEFONE (33) 3263-1255 - FAX (33) 3263-1856

Art. 19. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas, aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que preencham uma das seguintes condições:

I – sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde ou educação;

II – sejam vinculadas a organismos de natureza filantrópica, institucional ou assistencial;

III – atendam ao disposto no art. 204 da Constituição da República, no art. 61 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição da República, bem como na Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993;

IV – sejam declaradas de utilidade pública pelo Município.

Parágrafo único. Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos dois anos, emitida por três autoridades locais e comprovantes de regularidade do mandato de sua diretoria.

Art. 20. É vedada a inclusão de dotações, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, a título de "auxílios e/ou contribuições" para entidades privadas, ressalvadas as sem fins lucrativos e desde que sejam:

I – de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para o ensino especial, ou representativo da comunidade escolar das escolas públicas estaduais e municipais do ensino fundamental;

II – voltadas para as ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público, prestadas pelas Santas Casas de Misericórdia e outras entidades sem fins lucrativos, e que estejam registradas em um dos seguintes Conselhos Nacional, Estadual e Municipal de Assistência Social;

III – Associações microrregionais;

IV - Consórcios intermunicipais de saúde, constituídos exclusivamente por entes públicos, legalmente instituídos e signatários de contrato de gestão com a administração pública, e que participem da execução de programas nacionais de saúde;

V – qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, de acordo com a Lei no 9.790, de 23 de março de 1999.

Parágrafo único. Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, a inclusão de dotações na lei orçamentária e sua execução, dependerão, ainda, de:

I – publicação, pelo Poder Executivo, de normas a serem observadas na concessão de auxílios, revendo-se cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade;

II – destinação dos recursos exclusivamente para a ampliação, aquisição de equipamentos e sua instalação e de material permanente, exceto no caso do inciso III do caput deste artigo; e,

III – identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio.

Art. 21. A execução das ações de que tratam os arts. 19 e 20 fica condicionada à autorização específica exigida pelo caput do art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 22. A proposta orçamentária deverá conter reserva de contingência, constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, em montante equivalente a, no máximo, cinco por cento da receita corrente líquida.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RESPLENDOR

CEP 35.230-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 18.413.161/0001-72

PRAÇA PEDRO NOLASCO, 20 - CENTRO - TELEFONE (33) 3263-1255 - FAX (33) 3263-1856

Art. 23. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecido na lei orçamentária anual.

§ 1º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades, dos projetos, das operações especiais e dos respectivos subtítulos e metas.

§ 2º Os decretos de abertura de créditos suplementares autorizados, na lei orçamentária, serão acompanhados de exposição de motivos que inclua a justificativa e a indicação dos efeitos dos cancelamentos de dotações sobre execução das atividades, dos projetos, das operações especiais e dos respectivos subtítulos e metas.

§ 3º O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária do exercício de 2027 e em créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, inclusive os títulos, descritores, metas e objetivos, assim como o respectivo detalhamento por esfera orçamentária, grupos de natureza de despesa, fontes de recursos, modalidades de aplicação e identificadores de uso e de resultado primário.

§ 4º A transposição, a transferência ou o remanejamento não poderá resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na Lei Orçamentária de 2027 ou em créditos adicionais, podendo haver, excepcionalmente, adequação da classificação funcional e do Programa de Gestão, Manutenção e Serviço ao Estado ao novo órgão.

§ 5º A criação de elemento de despesa desde que não haja novos programas e/ou ações, será realizada por meio de ato administrativo (decreto executivo), desde que a lei orçamentária esteja detalhada até a modalidade de aplicação. Se a Lei Orçamentária for detalhada somente até o nível de despesa, a criação de novo elemento de despesa deverá ser por meio de abertura de créditos adicionais.

§ 6º O remanejamento de fontes não impactará o limite percentual de suplementação autorizado na Lei Orçamentária Anual.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 24. O Poder Executivo fará publicar até 31 de agosto de 2026, a tabela de cargos efetivos e comissionados integrantes do quadro geral de pessoal civil, demonstrando os quantitativos de cargos ocupados por servidores estáveis e não-estáveis e de cargos vagos.

Art. 25. Os Poderes Executivo e Legislativo terão como limites na elaboração de suas propostas orçamentárias, para pessoal e encargos sociais, observado o art. 20 da Lei Complementar nº 101/2000, a despesa da folha de pagamento do exercício de 2026, projetada para o exercício, considerando os eventuais acréscimos legais, alterações de planos de carreira, admissões para preenchimento de cargos e revisão geral sem distinção de índices a serem concedidos aos servidores públicos federais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RESPLENDOR

CEP 35.230-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 18.413.161/0001-72

PRAÇA PEDRO NOLASCO, 20 - CENTRO - TELEFONE (33) 3263-1255 - FAX (33) 3263-1856

Parágrafo único. Os valores correspondentes ao reajuste geral de pessoal referido no caput constarão de previsão orçamentária específica, observado o limite do art. 20 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 26. Para efeito de cálculo dos limites de despesa total com pessoal, por Poder e órgão, previstos na Lei Complementar nº 101/2000, o Poder Executivo colocará à disposição do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, conforme previsto no § 2º do art. 59 da citada Lei Complementar, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre ou semestre, a metodologia e a memória de cálculo da evolução da receita corrente líquida.

Art. 27. No exercício de 2027, observado o disposto no art. 169 da Constituição da República, somente poderão ser admitidos servidores se:

- I – existirem cargos vagos a preencher;
- II – houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa;
- III – for observado o limite previsto na Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 28. Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, II, da Constituição da República, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, nos termos do inciso IX, do art. 37 da Constituição da República, constantes de anexo específico do projeto de lei orçamentária, observado o disposto no art. 20 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 29. No exercício de 2027, a realização de serviço extraordinário, quando a despesa houver extrapolado noventa e cinco por cento do limite referido no art. 22 da Lei Complementar nº 101/2000, exceto nos casos previstos na orgânica do município, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejam situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo único. A autorização para a realização de serviço extraordinário, no âmbito do Poder Executivo, nas condições estabelecidas no caput deste artigo, é de exclusiva competência da Secretaria de Administração.

Art. 30. O disposto no § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 101/2000, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal, independentemente da legalidade ou validade dos contratos.

Parágrafo único. Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do caput, os contratos de terceirização relativos à execução indireta de atividades que, simultaneamente:

- I – sejam assessorias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade;
- II – não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria extinta, total ou parcialmente.

Art. 31. No mês de janeiro, a despesa com Pessoal e Encargos Sociais deverá ser empenhada por estimativa para todo o exercício, observado o limite da dotação constante da Lei Orçamentária.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RESPLENDOR

CEP 35.230-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 18.413.161/0001-72

PRAÇA PEDRO NOLASCO, 20 - CENTRO - TELEFONE (33) 3263-1255 - FAX (33) 3263-1856

§ 1º Na estimativa de que trata o “caput”, é vedada a inclusão de qualquer despesa que não seja com a folha normal.

§ 2º Para efeito deste artigo, a folha normal compreende as despesas com remuneração do mês de referência, décimo terceiro salário, férias, abono de férias e outras vantagens pecuniárias, previstas na Lei Orçamentária.

§ 3º O pagamento de despesas não previstos na folha normal somente poderá ser efetuado em folha complementar, condicionado à existência de prévia e suficiente dotação orçamentária.

Art. 32. As dotações remanescentes da aplicação do disposto no artigo anterior, identificado pela Secretaria da Fazenda, poderão ser remanejadas, inclusive para outros órgãos, observados os limites autorizados na Lei Orçamentária.

Parágrafo único. As dotações mencionadas no “caput” somente poderão ser redistribuídas para outro órgão mediante autorização do Prefeito Municipal.

Art. 33. Os órgãos setoriais de orçamento ou equivalentes indicarão à Secretaria da Fazenda as dotações que deverão ser canceladas, bem como os limites a serem reduzidos, para abertura de créditos adicionais, destinados ao atendimento de despesas de pessoal e encargos sociais, sempre que for identificada insuficiência de recursos nestas dotações.

CAPÍTULO V DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR

Art. 34. Poderão ser inscritas em “Restos a Pagar” as despesas efetivamente realizadas bem como as não processadas que venham a ser realizadas no exercício seguinte.

§ 1º Considera-se efetivamente realizada a despesa em que o bem tenha sido entregue ou o serviço tenha sido executado.

§ 2º Os saldos de dotações referentes às despesas não processadas que não terão sua efetiva realização no exercício seguinte deverão ser anulados.

§ 3º Havendo interesse da Administração, as despesas mencionadas no parágrafo anterior poderão ser empenhadas, até o montante dos saldos anulados, à conta do orçamento do exercício seguinte, observada a mesma classificação orçamentária.

§ 4º Os órgãos de contabilidade analítica anularão os saldos de empenhos que não se enquadrem no disposto neste artigo, quando as anulações não houverem sido efetivadas pelo ordenador de despesas.

CAPÍTULO VI DAS EMENDAS INDIVIDUAIS IMPOSITIVAS

Art. 35. Fica assegurado aos vereadores do Município de Resplendor o direito de apresentar ou indicar emendas ao projeto de lei orçamentária anual, as quais serão obrigatoriamente incluídas na Lei Orçamentária Anual (LOA), na forma de emendas impositivas, observados os limites e condições estabelecidos nesta Lei e no art. 113-A da Lei Orgânica Municipal.

§ 1º As emendas impositivas de autoria dos vereadores poderão contemplar ações e programas nas áreas de saúde, educação, infraestrutura, assistência social, entre outras prioridades do município.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RESPLENDOR

CEP 35.230-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 18.413.161/0001-72

PRAÇA PEDRO NOLASCO, 20 - CENTRO - TELEFONE (33) 3263-1255 - FAX (33) 3263-1856

§ 2º O valor total destinado às emendas impositivas será definido na Lei Orçamentária Anual, não podendo ultrapassar 2% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida apurada do exercício financeiro de 2025.

§ 3º Cada vereador poderá apresentar ou indicar quantas emendas lhe convier, respeitando o limite de recursos estabelecido nesta Lei e desde que pelo menos 50% (cinquenta por cento) do montante seja indicado em ações e serviços públicos de saúde.

§ 4º As emendas impositivas deverão ser apresentadas até a data limite de 30 de dezembro, acompanhadas de justificativa que demonstre sua relevância e compatibilidade com o planejamento orçamentário.

§ 5º A execução das emendas impositivas será obrigatória pelo Poder Executivo, devendo ocorrer de acordo com os prazos e condições estabelecidos na legislação orçamentária, salvo impedimentos de ordem técnica e/ou jurídica.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 36. A lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária só será aprovada ou editada se atendidas às exigências do art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000.

Parágrafo único. Aplicam-se à lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza financeira as mesmas exigências referidas no caput, podendo a compensação, alternativamente, dar-se mediante o cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

Art. 37. Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária e das contribuições que sejam objeto de projeto de lei que esteja em tramitação na Câmara Municipal.

Parágrafo único. Se estimada a receita, na forma deste artigo, no projeto de lei orçamentária:

I – serão identificadas as proposições de alterações na legislação e especificada a receita adicional esperada, em decorrência de cada uma das propostas e seus dispositivos;

II – será apresentada programação especial de despesas condicionadas à aprovação das respectivas alterações na legislação.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 38. O Poder Executivo deverá desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo de cada ação orçamentária.

Art. 39. Caso seja necessária limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir a meta de resultado primário, nos termos do art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000, e do previsto no art. 11 desta Lei, será fixado separadamente percentual de limitação para o conjunto de "projetos", "atividades" e "operações especiais" e calculada de forma proporcional à participação dos Poderes Executivo e Legislativo do Município



PREFEITURA MUNICIPAL DE RESPLENDOR

CEP 35.230-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 18.413.161/0001-72

PRAÇA PEDRO NOLASCO, 20 - CENTRO - TELEFONE (33) 3263-1255 - FAX (33) 3263-1856

em cada um dos citados conjuntos, excluídas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal de execução.

§ 1º Na hipótese da ocorrência do disposto no caput deste artigo, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo, acompanhado da memória de cálculo, das premissas, dos parâmetros e da justificativa do ato, o montante que caberá a cada um na limitação do empenho e da movimentação financeira.

§ 2º Os Poderes Executivo e Legislativo, com base na comunicação de que trata o § 1º, publicarão ato estabelecendo os montantes que, calculados na forma do caput, caberão aos respectivos órgãos na limitação do empenho e movimentação financeira.

Art. 40. Todas as receitas realizadas pelos órgãos, fundos e entidades integrantes do orçamento, inclusive as diretamente arrecadadas, serão devidamente classificadas e contabilizadas no mês em que ocorrer o respectivo ingresso.

Art. 41. Todos os atos e fatos relativos a pagamento ou transferência de recursos financeiros, conterão obrigatoriamente referência ao programa de trabalho correspondente ao respectivo crédito orçamentário no detalhamento existente na lei orçamentária.

Art. 42. Para os efeitos do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, as especificações nele contidas integrarão o processo administrativo de que trata o art. 17 e segs. da Lei nº 14.133/2021, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição Federal.

Art. 43. Para efeito do disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 101/2000, considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere.

Parágrafo único. No caso de despesas relativas à prestação de serviços já existentes e destinados a manutenção da administração pública, considera-se como compromissadas apenas as prestações cujo pagamento deva se verificar no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

Art. 44. Os Poderes Executivo e Legislativo deverão elaborar e publicar até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária para o exercício de 2027, cronograma anual de desembolso mensal, por órgão, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000, com vistas ao cumprimento da meta de resultado primário.

§ 1º Os atos de que trata o caput conterão cronogramas de pagamentos mensais à conta de recursos do Tesouro Municipal e de outras fontes, por órgão, contemplando limites para a execução de despesas não financeiras.

§ 2º No caso do Poder Executivo, o ato referido no caput e os que o modificarem conterá:

I – metas bimestrais de realização de receitas, conforme disposto no art. 13 da Lei Complementar nº 101/2000, incluindo seu desdobramento por fonte de receita e por fonte de recursos;

§ 3º Excetuadas as despesas com pessoal e encargos sociais, os cronogramas anuais de desembolso mensal do Poder Legislativo, terá como referencial o repasse previsto no art. 168 da Constituição, na forma de duodécimos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RESPLENDOR

CEP 35.230-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 18.413.161/0001-72

PRAÇA PEDRO NOLASCO, 20 - CENTRO - TELEFONE (33) 3263-1255 - FAX (33) 3263-1856

Art. 45. Os projetos de lei de créditos adicionais terão como prazo para encaminhamento ao Poder Legislativo a data de 30 de dezembro.

Art. 46. São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

§ 1º A contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentária e financeira efetivamente ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades, e providências derivadas da inobservância do caput deste artigo.

§ 2º Fica o Poder Executivo autorizado a alterar as fontes de recursos discriminadas na Lei Orçamentária Anual para execução de determinado elemento de despesa, não configurando a abertura de crédito adicional, nos termos da Consulta nº 958.027, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Art. 47. Se o projeto de lei orçamentária não for devolvido com autógrafos pelo Presidente da Câmara até 31 de dezembro do exercício de 2026, para sanção do Prefeito Municipal, a programação dele constante poderá ser executada até o limite de um doze avos de cada dotação, na forma da proposta remetida à Câmara Municipal.

Art. 48. As unidades responsáveis pela execução dos créditos orçamentários e adicionais aprovados processarão o empenho da despesa, observados os limites fixados para cada categoria de programação e respectivos grupos de despesa, fontes de recursos, modalidades de aplicação e identificadores de uso, especificando o elemento de despesa.

Art. 49. As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização do Poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

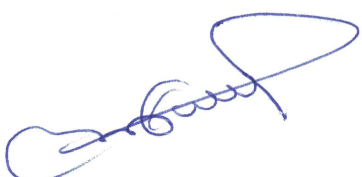
Art. 50. Considera-se despesa irrelevante para fins do disposto no §3º do artigo 16 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a despesa cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, o limite estabelecido no artigo 75, incisos I e II a Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores.

Art. 51. As transferências de recursos do Município, consignados na Lei Orçamentária Anual, à União, Estados e a outros Municípios a qualquer título, inclusive auxílios financeiros e contribuições, serão realizadas mediante convênio, acordo ou instrumentos congêneres, na forma da legislação vigente.

Art. 52. Os recursos decorrentes de emendas que ficarem sem despesas correspondentes ou alterarem os valores da receita orçamentária poderão ser utilizados mediante crédito suplementar e especial, com prévia específica autorização legislativa, nos termos do § 8º do art. 166 da Constituição da República.

Art. 53. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.


Nemias Martins de Souza
Prefeito





PREFEITURA MUNICIPAL DE RESPLENDOR

CEP 35.230-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 18.413.161/0001-72

PRAÇA PEDRO NOLASCO, 20 - CENTRO - TELEFONE (33) 3263-1255 - FAX (33) 3263-1856

MENSAGEM

Senhor Presidente,

Tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência, e de seus ilustres pares, projeto de Lei a respeito das diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para o exercício financeiro de 2027, em cumprimento ao disposto no art. 165, §2º, da Constituição da República.

O referido projeto dispõe sobre as prioridades e as metas da administração pública municipal; a organização e a estrutura dos orçamentos; as diretrizes para a elaboração dos orçamentos; as despesas com pessoal e encargos sociais, as alterações na legislação tributária; autorização para remanejamento, transposições e realocações de recursos e outras matérias de natureza orçamentária.

O projeto prevê, ainda, a fixação de limite para as despesas do Legislativo Municipal, conforme determinação do art. 29-A, da Constituição da República.

A especificação dos programas que darão corpo a essas prioridades, bem como às metas que se pretende alcançar em 2027, constará do projeto de lei orçamentária a ser remetido à Câmara Municipal em consonância com o Plano Plurianual estabelecido para o quadriênio 2026-2029.

Certo de que este projeto de lei terá a necessária aquiescência desta respeitável Casa, aproveito o ensejo para renovar meus protestos de elevado apreço.

Prefeitura de Resplendor, Estado de Minas Gerais, 28 de abril de 2026.

Nemias Martins de Souza
Prefeito



PREFEITURA MUNICIPAL DE RESPLENDOR

CEP 35.230-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 18.413.161/0001-72

PRAÇA PEDRO NOLASCO, 20 - CENTRO - TELEFONE (33) 3263-1255 - FAX (33) 3263-1856

OFÍCIO N.º 114/2026/GAB/PREF

Resplendor, 28 de abril de 2026.

A Sua Excelência o Senhor
Francisco Dimas de Assis
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores
Avenida Olegário Maciel, n.º 378, Centro
35230-000 Resplendor/MG

Assunto: Encaminha Projeto de Lei – Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2027.

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, venho por meio deste encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa Egrégia Casa Legislativa, o incluso Projeto de Lei que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária do Município de Resplendor para o exercício financeiro de 2027 (LDO 2027).

O referido projeto foi elaborado em conformidade com as disposições contidas no art. 165, § 2º, da Constituição da República, na Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) contemplando as prioridades e metas da administração pública, a estrutura e organização dos orçamentos, bem como as diretrizes para elaboração, execução e controle das finanças públicas municipais.

Destaca-se que a proposta visa assegurar a transparência da gestão fiscal, o equilíbrio das contas públicas e o planejamento responsável das ações governamentais, constituindo instrumento essencial para a elaboração da Lei Orçamentária Anual de 2027, em consonância com o Plano Plurianual vigente.

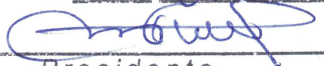
Diante da relevância da matéria, solicitamos a apreciação e tramitação do presente Projeto de Lei, na forma regimental, reiterando a importância de sua aprovação para a adequada condução da administração pública municipal.

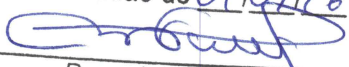
Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência e aos demais integrantes dessa Egrégia Câmara os protestos de elevada estima e consideração.

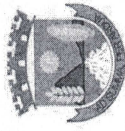
Atenciosamente,


Nemias Martins de Souza
Prefeito

RECEBEMOS EM
29/04/2026
Danyela C. Monteiro

Expediente 041.05126

Presidente

Lido na Reunião de 04/05/26

Presidente



Prefeitura Municipal de Resplendor
Estado de Minas Gerais
Anexo I - Receitas - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Anexo I - Receitas - Art. 4º, § 2º, inciso II da LRF

EXERCÍCIO: - 2027

| ESPECIFICAÇÃO | ARRECADADA | | | ORÇADA | | | PREVISÃO | | |
|----------------|---------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------|--|--|
| | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 | 2028 | 2029 | | | |
| | | | | | | | | | |
| 1.0.0.0.0.0.0 | 98.641.745,97 | 113.366.339,29 | 124.004.000,00 | 128.180.000,00 | 131.706.000,00 | 135.482.000,00 | | | |
| 1.1.0.0.0.0.0 | 8.668.923,03 | 11.764.176,63 | 12.476.000,00 | 13.567.000,00 | 14.065.000,00 | 14.583.000,00 | | | |
| 1.1.1.0.0.0.0 | 7.987.977,07 | 10.399.746,82 | 10.606.000,00 | 11.635.000,00 | 12.071.000,00 | 12.527.000,00 | | | |
| 1.1.1.2.00.0.0 | 1.543.959,00 | 2.368.921,37 | 3.489.000,00 | 3.619.000,00 | 3.766.000,00 | 3.915.000,00 | | | |
| 1.1.1.2.50.0.0 | 879.114,15 | 997.433,47 | 2.289.000,00 | 2.369.000,00 | 2.466.000,00 | 2.565.000,00 | | | |
| 1.1.1.2.50.0.1 | 508.255,33 | 629.420,11 | 1.040.000,00 | 1.080.000,00 | 1.125.000,00 | 1.170.000,00 | | | |
| 1.1.1.2.50.0.2 | 5.774,49 | 9.660,29 | 12.000,00 | 13.000,00 | 14.000,00 | 15.000,00 | | | |
| 1.1.1.2.50.0.3 | 270.160,65 | 316.481,26 | 1.050.000,00 | 1.081.000,00 | 1.125.000,00 | 1.170.000,00 | | | |
| 1.1.1.2.50.0.4 | 94.923,68 | 41.871,81 | 187.000,00 | 195.000,00 | 202.000,00 | 210.000,00 | | | |
| 1.1.1.2.53.0.0 | 664.844,85 | 1.371.487,90 | 1.200.000,00 | 1.250.000,00 | 1.300.000,00 | 1.350.000,00 | | | |
| 1.1.1.2.53.0.1 | 664.844,85 | 1.371.487,90 | 1.200.000,00 | 1.250.000,00 | 1.300.000,00 | 1.350.000,00 | | | |
| 1.1.1.3.00.0.0 | 1.800.391,24 | 1.985.536,39 | 1.585.000,00 | 2.280.000,00 | 2.365.000,00 | 2.465.000,00 | | | |
| 1.1.1.3.03.0.0 | 1.800.391,24 | 1.985.536,39 | 1.585.000,00 | 2.280.000,00 | 2.365.000,00 | 2.465.000,00 | | | |
| 1.1.1.3.03.1.1 | 1.706.872,39 | 1.859.593,89 | 1.170.000,00 | 1.850.000,00 | 1.915.000,00 | 2.000.000,00 | | | |
| 1.1.1.3.03.4.1 | 93.508,85 | 125.942,50 | 415.000,00 | 430.000,00 | 450.000,00 | 465.000,00 | | | |
| 1.1.1.4.00.0.0 | 4.643.636,83 | 6.045.289,06 | 5.532.000,00 | 5.736.000,00 | 5.940.000,00 | 6.147.000,00 | | | |
| 1.1.1.4.51.0.0 | 4.643.636,83 | 6.045.289,06 | 5.532.000,00 | 5.736.000,00 | 5.940.000,00 | 6.147.000,00 | | | |
| 1.1.1.4.51.1.1 | 4.574.155,10 | 5.990.911,80 | 5.400.000,00 | 5.600.000,00 | 5.800.000,00 | 6.000.000,00 | | | |
| 1.1.1.4.51.1.2 | 7.820,32 | 7.605,88 | 52.000,00 | 54.000,00 | 56.000,00 | 58.000,00 | | | |
| 1.1.1.4.51.1.3 | 60.625,50 | 43.294,17 | 65.000,00 | 66.000,00 | 67.000,00 | 71.000,00 | | | |
| 1.1.1.4.51.1.4 | 1.035,91 | 3.477,21 | 15.000,00 | 16.000,00 | 17.000,00 | 18.000,00 | | | |
| 1.1.2.0.00.0.0 | 680.945,96 | 1.364.429,81 | 1.870.000,00 | 1.932.000,00 | 1.994.000,00 | 2.056.000,00 | | | |
| 1.1.2.1.00.0.0 | 292.460,97 | 617.739,00 | 1.000.000,00 | 1.032.000,00 | 1.064.000,00 | 1.096.000,00 | | | |
| 1.1.2.1.01.0.0 | 252.953,90 | 575.828,28 | 900.000,00 | 930.000,00 | 960.000,00 | 990.000,00 | | | |
| 1.1.2.1.01.0.1 | 252.953,90 | 575.828,28 | 900.000,00 | 930.000,00 | 960.000,00 | 990.000,00 | | | |
| 1.1.2.1.50.0.0 | 39.507,07 | 41.910,72 | 100.000,00 | 102.000,00 | 104.000,00 | 106.000,00 | | | |
| 1.1.2.1.50.0.1 | 39.507,07 | 41.910,72 | 100.000,00 | 102.000,00 | 104.000,00 | 106.000,00 | | | |
| 1.1.2.2.00.0.0 | 388.484,99 | 746.690,81 | 870.000,00 | 900.000,00 | 930.000,00 | 960.000,00 | | | |
| 1.1.2.2.01.0.0 | 388.484,99 | 746.690,81 | 870.000,00 | 900.000,00 | 930.000,00 | 960.000,00 | | | |
| 1.1.2.2.01.0.1 | 388.484,99 | 746.690,81 | 870.000,00 | 900.000,00 | 930.000,00 | 960.000,00 | | | |
| 1.2.0.0.00.0.0 | 1.089.877,28 | 1.191.274,08 | 1.250.000,00 | 1.290.000,00 | 1.340.000,00 | 1.400.000,00 | | | |
| 1.2.4.0.00.0.0 | 1.089.877,28 | 1.191.274,08 | 1.250.000,00 | 1.290.000,00 | 1.340.000,00 | 1.400.000,00 | | | |
| 1.2.4.1.00.0.0 | 1.089.877,28 | 1.191.274,08 | 1.250.000,00 | 1.290.000,00 | 1.340.000,00 | 1.400.000,00 | | | |



Prefeitura Municipal de Resplendor
Estado de Minas Gerais
Anexo I - Receitas - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Anexo I - Receitas - Art. 4º, § 2º, inciso II da LRF

EXERCÍCIO: - 2027

| ESPECIFICAÇÃO | ARRECADADA | | | | ORÇADA | | | PREVISÃO | | |
|--|---------------|---------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|--|--|
| | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 | 2026 | 2027 | 2028 | 2029 | | |
| 1.2.4.1.50.0.0 | | | | | | | | | | |
| CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA | 1.089.877,28 | 1.191.274,08 | 1.250.000,00 | 1.290.000,00 | 1.250.000,00 | 1.290.000,00 | 1.340.000,00 | 1.400.000,00 | | |
| Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Principal | 1.089.877,28 | 1.191.274,08 | 1.250.000,00 | 1.290.000,00 | 1.250.000,00 | 1.290.000,00 | 1.340.000,00 | 1.400.000,00 | | |
| 1.3.0.0.00.0.0 | | | | | | | | | | |
| RECEITA PATRIMONIAL | 1.991.517,92 | 2.396.977,86 | 2.381.000,00 | 2.492.000,00 | 2.381.000,00 | 2.492.000,00 | 2.613.000,00 | 2.734.000,00 | | |
| 1.3.1.0.00.0.0 | | | | | | | | | | |
| EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO | 48.227,85 | 55.571,20 | 90.000,00 | 110.000,00 | 90.000,00 | 110.000,00 | 130.000,00 | 150.000,00 | | |
| EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO | 48.227,85 | 55.571,20 | 90.000,00 | 110.000,00 | 90.000,00 | 110.000,00 | 130.000,00 | 150.000,00 | | |
| 1.3.1.1.01.0.0 | | | | | | | | | | |
| ALUGUÉIS, ARRENDAMENTOS, FOROS, LAJÉMIOS, TARIFAS DE OCUPAÇÃO | 48.227,85 | 55.571,20 | 90.000,00 | 110.000,00 | 90.000,00 | 110.000,00 | 130.000,00 | 150.000,00 | | |
| Aluguéis e Arrendamentos - Principal | 48.227,85 | 55.571,20 | 90.000,00 | 110.000,00 | 90.000,00 | 110.000,00 | 130.000,00 | 150.000,00 | | |
| 1.3.2.0.00.0.0 | | | | | | | | | | |
| VALORES MOBILIÁRIOS | 1.943.290,07 | 2.341.406,66 | 2.291.000,00 | 2.382.000,00 | 2.291.000,00 | 2.382.000,00 | 2.483.000,00 | 2.584.000,00 | | |
| JUROS E CORREÇÕES MONETÁRIAS | 1.935.833,74 | 2.337.703,70 | 2.281.000,00 | 2.371.000,00 | 2.281.000,00 | 2.371.000,00 | 2.471.000,00 | 2.571.000,00 | | |
| REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS | 1.935.240,08 | 2.335.551,17 | 2.280.000,00 | 2.370.000,00 | 2.280.000,00 | 2.370.000,00 | 2.470.000,00 | 2.570.000,00 | | |
| Remuneração De Depósitos Bancários - Principal | 1.935.240,08 | 2.335.551,17 | 2.280.000,00 | 2.370.000,00 | 2.280.000,00 | 2.370.000,00 | 2.470.000,00 | 2.570.000,00 | | |
| 1.3.2.1.01.1.1 | | | | | | | | | | |
| JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO | 593,66 | 2.152,53 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | | |
| Juros sobre o Capital Próprio - Principal | 593,66 | 2.152,53 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | | |
| 1.3.2.1.06.0.1 | | | | | | | | | | |
| DIVIDENDOS | 4.267,56 | 3.199,10 | 4.000,00 | 5.000,00 | 4.000,00 | 5.000,00 | 6.000,00 | 7.000,00 | | |
| DIVIDENDOS | 4.267,56 | 3.199,10 | 4.000,00 | 5.000,00 | 4.000,00 | 5.000,00 | 6.000,00 | 7.000,00 | | |
| 1.3.2.2.01.0.0 | | | | | | | | | | |
| Dividendos - Principal | 4.267,56 | 3.199,10 | 4.000,00 | 5.000,00 | 4.000,00 | 5.000,00 | 6.000,00 | 7.000,00 | | |
| 1.3.2.3.00.0.0 | | | | | | | | | | |
| PARTICIPAÇÕES | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | | |
| PARTICIPAÇÕES | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | | |
| 1.3.2.3.01.0.1 | | | | | | | | | | |
| Participações - Principal | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | | |
| 1.3.2.9.00.0.0 | | | | | | | | | | |
| OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS | 3.188,77 | 503,86 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | | |
| OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS | 3.188,77 | 503,86 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | | |
| 1.3.2.9.99.0.1 | | | | | | | | | | |
| Outros Valores Mobiliários - Principal | 3.188,77 | 503,86 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | | |
| 1.7.0.0.00.0.0 | | | | | | | | | | |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 86.206.221,71 | 97.411.250,22 | 107.176.000,00 | 110.100.000,00 | 107.176.000,00 | 110.100.000,00 | 112.947.000,00 | 116.014.000,00 | | |
| 1.7.1.0.00.0.0 | | | | | | | | | | |
| TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES | 52.992.224,78 | 60.947.005,41 | 65.726.500,00 | 67.865.500,00 | 65.726.500,00 | 67.865.500,00 | 70.002.500,00 | 72.279.500,00 | | |
| TRANSFERÊNCIAS DECORRENTES DE PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO | 37.199.739,20 | 41.311.336,05 | 43.750.000,00 | 45.460.000,00 | 43.750.000,00 | 45.460.000,00 | 47.170.000,00 | 48.880.000,00 | | |
| COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM | 37.126.089,98 | 41.223.469,26 | 43.700.000,00 | 45.400.000,00 | 43.700.000,00 | 45.400.000,00 | 47.100.000,00 | 48.800.000,00 | | |
| Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Principal | 33.652.096,53 | 36.699.184,60 | 39.000.000,00 | 40.500.000,00 | 39.000.000,00 | 40.500.000,00 | 42.000.000,00 | 43.500.000,00 | | |
| Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal | 3.473.993,45 | 4.524.284,66 | 4.700.000,00 | 4.900.000,00 | 4.700.000,00 | 4.900.000,00 | 5.100.000,00 | 5.300.000,00 | | |
| 1.7.1.1.51.1.1 | | | | | | | | | | |
| COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL | 73.649,22 | 87.866,79 | 50.000,00 | 60.000,00 | 50.000,00 | 60.000,00 | 70.000,00 | 80.000,00 | | |
| Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal | 73.649,22 | 87.866,79 | 50.000,00 | 60.000,00 | 50.000,00 | 60.000,00 | 70.000,00 | 80.000,00 | | |
| 1.7.1.1.52.0.0 | | | | | | | | | | |
| TRANSFERÊNCIAS DAS COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS | 7.406.740,91 | 7.165.780,61 | 5.712.000,00 | 5.978.000,00 | 5.712.000,00 | 5.978.000,00 | 6.193.000,00 | 6.515.000,00 | | |
| 1.7.1.2.00.0.0 | | | | | | | | | | |
| COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS HIDRÍCOS | 649.864,83 | 755.327,72 | 924.000,00 | 961.000,00 | 924.000,00 | 961.000,00 | 998.000,00 | 1.040.000,00 | | |
| Cota-Parte da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Hídricos - Principal | 649.864,83 | 755.327,72 | 924.000,00 | 961.000,00 | 924.000,00 | 961.000,00 | 998.000,00 | 1.040.000,00 | | |
| 1.7.1.2.51.0.0 | | | | | | | | | | |
| COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS - CFEM | 6.088.213,73 | 5.728.082,87 | 4.093.000,00 | 4.293.000,00 | 4.093.000,00 | 4.293.000,00 | 4.443.000,00 | 4.693.000,00 | | |
| Cota-Parte da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM - Principal | 6.088.213,73 | 5.728.082,87 | 4.093.000,00 | 4.293.000,00 | 4.093.000,00 | 4.293.000,00 | 4.443.000,00 | 4.693.000,00 | | |
| 1.7.1.2.52.0.0 | | | | | | | | | | |
| COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO | 668.662,35 | 682.370,02 | 695.000,00 | 724.000,00 | 695.000,00 | 724.000,00 | 752.000,00 | 782.000,00 | | |
| Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - Principal | 668.662,35 | 682.370,02 | 695.000,00 | 724.000,00 | 695.000,00 | 724.000,00 | 752.000,00 | 782.000,00 | | |



Prefeitura Municipal de Resplendor
Estado de Minas Gerais
Anexo I - Receitas - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Página: 3 de 7

EXERCÍCIO: - 2027

Anexo I - Receitas - Art. 4º, § 2º, inciso II da LRF

| ESPECIFICAÇÃO | ARRECADADA | | | ORÇADA | | | PREVISÃO | | |
|---|--------------|--------------|---------------|---------------|---------------|---------------|----------|--|--|
| | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 | 2028 | 2029 | | | |
| 1.7.1.3.00.0.0 | 5.450.543,91 | 9.001.234,56 | 13.500.000,00 | 13.608.000,00 | 13.748.000,00 | 13.929.000,00 | | | |
| 1.7.1.3.50.0.0 | 5.450.543,91 | 9.001.234,56 | 13.500.000,00 | 13.608.000,00 | 13.748.000,00 | 13.929.000,00 | | | |
| REPASSES FUNDO A FUNDO - BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE | | | | | | | | | |
| 1.7.1.3.50.1.1 | 3.861.803,03 | 4.276.245,07 | 9.220.000,00 | 9.238.000,00 | 9.288.000,00 | 9.379.000,00 | | | |
| Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Atenção Primária - Principal | | | | | | | | | |
| 1.7.1.3.50.2.1 | 746.105,73 | 3.245.354,02 | 1.300.000,00 | 1.350.000,00 | 1.400.000,00 | 1.450.000,00 | | | |
| Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Atenção Especializada - Principal | | | | | | | | | |
| 1.7.1.3.50.3.1 | 370.907,75 | 1.063.875,38 | 460.000,00 | 480.000,00 | 500.000,00 | 520.000,00 | | | |
| Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Vigilância em Saúde - Principal | | | | | | | | | |
| 1.7.1.3.50.4.1 | 175.891,36 | 171.283,20 | 200.000,00 | 220.000,00 | 240.000,00 | 260.000,00 | | | |
| Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Assistência Farmacêutica - Principal | | | | | | | | | |
| 1.7.1.3.50.5.1 | 295.886,04 | 244.476,89 | 2.320.000,00 | 2.320.000,00 | 2.320.000,00 | 2.320.000,00 | | | |
| Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Gestão do SUS - Principal | | | | | | | | | |
| 1.7.1.4.00.0.0 | 2.380.371,22 | 1.420.766,34 | 1.588.000,00 | 1.658.000,00 | 1.727.000,00 | 1.799.000,00 | | | |
| TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE? | | | | | | | | | |
| 1.7.1.4.50.0.0 | 970.590,59 | 1.130.759,57 | 1.100.000,00 | 1.150.000,00 | 1.200.000,00 | 1.250.000,00 | | | |
| TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO | | | | | | | | | |
| 1.7.1.4.50.0.1 | 970.590,59 | 1.130.759,57 | 1.100.000,00 | 1.150.000,00 | 1.200.000,00 | 1.250.000,00 | | | |
| Transferências do Salário-Educação - Principal | | | | | | | | | |
| 1.7.1.4.52.0.0 | 247.194,00 | 191.043,89 | 332.000,00 | 346.000,00 | 359.000,00 | 374.000,00 | | | |
| TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE | | | | | | | | | |
| 1.7.1.4.52.0.1 | 247.194,00 | 191.043,89 | 332.000,00 | 346.000,00 | 359.000,00 | 374.000,00 | | | |
| Transferências referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE - Principal | | | | | | | | | |
| 1.7.1.4.53.0.0 | 84.327,43 | 98.962,88 | 156.000,00 | 162.000,00 | 168.000,00 | 175.000,00 | | | |
| TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE DO ESCOLAR - PNATE | | | | | | | | | |
| 1.7.1.4.53.0.1 | 84.327,43 | 98.962,88 | 156.000,00 | 162.000,00 | 168.000,00 | 175.000,00 | | | |
| Transferências referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE - Principal | | | | | | | | | |
| 1.7.1.4.99.0.0 | 1.078.259,20 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | |
| OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE | | | | | | | | | |
| 1.7.1.4.99.0.1 | 1.078.259,20 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | |
| Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE - Principal | | | | | | | | | |
| 1.7.1.5.00.0.0 | 0,00 | 1.348.279,36 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | |
| TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB | | | | | | | | | |
| 1.7.1.5.00.0.0 | 0,00 | 1.105.012,79 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | |
| TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT | | | | | | | | | |
| 1.7.1.5.00.0.1 | 0,00 | 1.105.012,79 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | |
| Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb - VAAT - Principal | | | | | | | | | |
| 1.7.1.5.53.0.0 | 0,00 | 243.266,57 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | |
| TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDEB DESTINADOS À CRIAÇÃO DE MATRÍCULAS EM ETI | | | | | | | | | |
| 1.7.1.5.53.0.1 | 0,00 | 243.266,57 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | |
| Transferências De Recursos Do Fundeb Destinados À Criação De Matrículas Em Eti - Principal | | | | | | | | | |



Prefeitura Municipal de Resplendor
Estado de Minas Gerais
Anexo I - Receitas - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Anexo I - Receitas - Art. 4º, § 2º, inciso II da LRF

| ESPECIFICAÇÃO | ARRECADADA | | | ORÇADA | | | PREVISÃO | | |
|---|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|----------|--|--|
| | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 | 2028 | 2029 | | | |
| | | | | | | | | | |
| 1.7.1.6.00.0 | 282.746,96 | 636.744,41 | 1.031.000,00 | 1.031.000,00 | 1.031.000,00 | 1.031.000,00 | | | |
| - FNAS | | | | | | | | | |
| 1.7.1.6.50.0 | 282.746,96 | 636.744,41 | 1.031.000,00 | 1.031.000,00 | 1.031.000,00 | 1.031.000,00 | | | |
| SOCIAL - FNAS | | | | | | | | | |
| 1.7.1.6.50.0.1 | 282.746,96 | 636.744,41 | 1.031.000,00 | 1.031.000,00 | 1.031.000,00 | 1.031.000,00 | | | |
| Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS - Principal | | | | | | | | | |
| 1.7.1.9.00.0 | 272.082,58 | 62.864,08 | 145.500,00 | 130.500,00 | 133.500,00 | 125.500,00 | | | |
| OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES | | | | | | | | | |
| 1.7.1.9.58.0 | 90.180,10 | 62.864,08 | 145.500,00 | 130.500,00 | 133.500,00 | 125.500,00 | | | |
| TRANSFERÊNCIA OBRIGATORIA DECORRENTE DA LEI COMPLEMENTAR Nº 176/2020 | | | | | | | | | |
| 1.7.1.9.58.0.1 | 90.180,10 | 62.864,08 | 145.500,00 | 130.500,00 | 133.500,00 | 125.500,00 | | | |
| Transferência Obrigatória Decorrente da Lei Complementar nº 176/2020 - Principal | | | | | | | | | |
| 1.7.1.9.60.0 | 153.062,55 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | |
| TRANSFERÊNCIAS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO A CULTURA - LEI Nº 14.399/2022 | | | | | | | | | |
| 1.7.1.9.60.0.1 | 153.062,55 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | |
| Transferências Da Política Nacional Aldir Blanc De Fomento À Cultura - Lei Nº 14.399/2022 - Principal | | | | | | | | | |
| 1.7.1.9.99.0 | 28.839,93 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | |
| OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES | | | | | | | | | |
| 1.7.1.9.99.0.1 | 28.839,93 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | |
| Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entidades - Principal | | | | | | | | | |
| 1.7.2.0.00.0 | 16.982.429,12 | 18.497.108,09 | 24.924.500,00 | 25.445.500,00 | 26.002.500,00 | 26.629.500,00 | | | |
| TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES | | | | | | | | | |
| 1.7.2.1.00.0 | 12.320.234,19 | 12.968.169,37 | 14.501.000,00 | 14.872.000,00 | 15.244.000,00 | 15.615.000,00 | | | |
| PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DOS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL | | | | | | | | | |
| 1.7.2.1.50.0 | 9.281.921,03 | 9.733.125,79 | 11.200.000,00 | 11.400.000,00 | 11.600.000,00 | 11.800.000,00 | | | |
| COTA-PARTE DO ICMS | | | | | | | | | |
| 1.7.2.1.50.0.1 | 9.281.921,03 | 9.733.125,79 | 11.200.000,00 | 11.400.000,00 | 11.600.000,00 | 11.800.000,00 | | | |
| Cota-Parte do ICMS - Principal | | | | | | | | | |
| 1.7.2.1.51.0 | 2.893.254,03 | 3.082.923,32 | 3.150.000,00 | 3.300.000,00 | 3.450.000,00 | 3.600.000,00 | | | |
| COTA-PARTE DO IPVA | | | | | | | | | |
| 1.7.2.1.51.0.1 | 2.893.254,03 | 3.082.923,32 | 3.150.000,00 | 3.300.000,00 | 3.450.000,00 | 3.600.000,00 | | | |
| Cota-Parte do IPVA - Principal | | | | | | | | | |
| 1.7.2.1.52.0 | 118.122,88 | 126.999,34 | 120.000,00 | 140.000,00 | 160.000,00 | 180.000,00 | | | |
| COTA-PARTE DO IPI - MUNICÍPIOS | | | | | | | | | |
| 1.7.2.1.52.0.1 | 118.122,88 | 126.999,34 | 120.000,00 | 140.000,00 | 160.000,00 | 180.000,00 | | | |
| Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal | | | | | | | | | |
| 1.7.2.1.53.0 | 26.936,25 | 25.120,92 | 31.000,00 | 32.000,00 | 34.000,00 | 35.000,00 | | | |
| COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO | | | | | | | | | |
| 1.7.2.1.53.0.1 | 26.936,25 | 25.120,92 | 31.000,00 | 32.000,00 | 34.000,00 | 35.000,00 | | | |
| Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Principal | | | | | | | | | |
| 1.7.2.3.00.0 | 2.682.609,19 | 3.651.364,52 | 8.481.000,00 | 8.559.000,00 | 8.667.000,00 | 8.851.000,00 | | | |
| TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS | | | | | | | | | |
| 1.7.2.3.50.0 | 2.682.609,19 | 3.651.364,52 | 8.481.000,00 | 8.559.000,00 | 8.667.000,00 | 8.851.000,00 | | | |
| TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS | | | | | | | | | |
| 1.7.2.3.50.0.1 | 2.682.609,19 | 3.651.364,52 | 8.481.000,00 | 8.559.000,00 | 8.667.000,00 | 8.851.000,00 | | | |
| Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Principal | | | | | | | | | |
| 1.7.2.9.00.0 | 1.979.585,74 | 1.877.574,20 | 1.942.500,00 | 2.014.500,00 | 2.091.500,00 | 2.163.500,00 | | | |
| OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL | | | | | | | | | |
| 1.7.2.9.51.0 | 106.931,52 | 124.920,00 | 174.500,00 | 176.500,00 | 178.500,00 | 180.500,00 | | | |
| TRANSFERÊNCIAS DE ESTADOS DESTINADAS A ASSISTÊNCIA SOCIAL | | | | | | | | | |
| 1.7.2.9.51.0.1 | 106.931,52 | 124.920,00 | 174.500,00 | 176.500,00 | 178.500,00 | 180.500,00 | | | |
| Transferências de Estados destinadas à Assistência Social - Principal | | | | | | | | | |
| 1.7.2.9.52.0 | 1.752.654,22 | 1.752.654,20 | 1.768.000,00 | 1.838.000,00 | 1.913.000,00 | 1.983.000,00 | | | |
| TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DESTINADOS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO | | | | | | | | | |
| 1.7.2.9.52.0.1 | 1.752.654,22 | 1.752.654,20 | 1.768.000,00 | 1.838.000,00 | 1.913.000,00 | 1.983.000,00 | | | |
| Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educação - Principal | | | | | | | | | |
| 1.7.2.9.99.0 | 120.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | |
| OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DF | | | | | | | | | |
| 1.7.2.9.99.0.1 | 120.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | |
| Outras Transferências dos Estados e DF - Principal | | | | | | | | | |
| 1.7.4.0.00.0 | 1.612.422,85 | 1.318.031,49 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | |
| TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS | | | | | | | | | |
| 1.7.4.1.00.0 | 1.612.422,85 | 1.318.031,49 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | |
| TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS | | | | | | | | | |
| 1.7.4.1.99.0 | 1.612.422,85 | 1.318.031,49 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | |
| OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS | | | | | | | | | |
| 1.7.4.1.99.0.1 | 1.612.422,85 | 1.318.031,49 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | |
| Outras Transferências de Instituições Privadas - Principal | | | | | | | | | |
| 1.7.5.0.00.0 | 14.619.144,96 | 16.649.105,23 | 16.525.000,00 | 16.789.000,00 | 16.942.000,00 | 17.105.000,00 | | | |
| TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS | | | | | | | | | |
| 1.7.5.1.00.0 | 14.321.122,79 | 16.309.581,81 | 16.525.000,00 | 16.789.000,00 | 16.942.000,00 | 17.105.000,00 | | | |
| TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E | | | | | | | | | |



Prefeitura Municipal de Resplendor
Estado de Minas Gerais
Anexo I - Receitas - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Anexo I - Receitas - Art. 4º, § 2º, inciso II da LRF

EXERCÍCIO: - 2027

| ESPECIFICAÇÃO | ARRECADADA | | ORÇADA | | PREVISÃO | |
|--|--|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 | 2028 | 2029 |
| | DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB | 14.321.122,79 | 16.309.581,81 | 16.525.000,00 | 16.789.000,00 | 16.942.000,00 |
| TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB | | | | | | |
| 1.7.5.1.50.0.0 | 14.321.122,79 | 16.309.581,81 | 16.525.000,00 | 16.789.000,00 | 16.942.000,00 | 17.105.000,00 |
| 1.7.5.1.50.0.1 | 14.321.122,79 | 16.309.581,81 | 16.525.000,00 | 16.789.000,00 | 16.942.000,00 | 17.105.000,00 |
| Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB - Principal | | | | | | |
| 1.7.5.9.00.0.0 | 298.022,17 | 339.523,42 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DEMAIS TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS | 298.022,17 | 339.523,42 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.7.5.9.99.0.0 | 298.022,17 | 339.523,42 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DEMAIS TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS | 298.022,17 | 339.523,42 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.7.5.9.99.0.1 | 685.206,03 | 602.660,50 | 721.000,00 | 731.000,00 | 741.000,00 | 751.000,00 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | | | | | | |
| 1.9.0.0.00.0.0 | 40,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICIAIS | 40,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.9.1.1.00.0.0 | 40,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICIAIS | 40,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.9.1.1.01.0.0 | 40,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| MULTAS PREVISTAS EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA | 40,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.9.1.1.01.0.1 | 273.030,15 | 525.856,39 | 391.000,00 | 396.000,00 | 401.000,00 | 406.000,00 |
| Multas Previstas em Legislação Específica - Principal | 273.030,15 | 525.856,39 | 391.000,00 | 396.000,00 | 401.000,00 | 406.000,00 |
| 1.9.2.0.00.0.0 | 0,00 | 16.115,86 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 |
| INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS | 0,00 | 16.115,86 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 |
| 1.9.2.1.00.0.0 | 0,00 | 16.115,86 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 |
| OUTRAS INDENIZAÇÕES | 0,00 | 16.115,86 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 |
| 1.9.2.1.99.0.0 | 0,00 | 16.115,86 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 |
| Outras Indenizações - Principal | 0,00 | 16.115,86 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 |
| 1.9.2.2.00.0.0 | 273.030,15 | 509.740,53 | 390.000,00 | 395.000,00 | 400.000,00 | 405.000,00 |
| RESTITUIÇÕES | 273.030,15 | 509.740,53 | 390.000,00 | 395.000,00 | 400.000,00 | 405.000,00 |
| 1.9.2.2.99.0.0 | 273.030,15 | 509.740,53 | 390.000,00 | 395.000,00 | 400.000,00 | 405.000,00 |
| OUTRAS RESTITUIÇÕES | 273.030,15 | 509.740,53 | 390.000,00 | 395.000,00 | 400.000,00 | 405.000,00 |
| 1.9.2.2.99.0.1 | 412.135,88 | 76.804,11 | 330.000,00 | 335.000,00 | 340.000,00 | 345.000,00 |
| Outras Restituições - Principal | 412.135,88 | 76.804,11 | 330.000,00 | 335.000,00 | 340.000,00 | 345.000,00 |
| 1.9.9.0.00.0.0 | 412.135,88 | 76.804,11 | 330.000,00 | 335.000,00 | 340.000,00 | 345.000,00 |
| DEMAIS RECEITAS CORRENTES | 412.135,88 | 76.804,11 | 330.000,00 | 335.000,00 | 340.000,00 | 345.000,00 |
| 1.9.9.0.00.0.0 | 412.135,88 | 76.804,11 | 330.000,00 | 335.000,00 | 340.000,00 | 345.000,00 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 412.135,88 | 76.804,11 | 330.000,00 | 335.000,00 | 340.000,00 | 345.000,00 |
| 1.9.9.9.99.0.0 | 412.135,88 | 76.804,11 | 330.000,00 | 335.000,00 | 340.000,00 | 345.000,00 |
| OUTRAS RECEITAS | 412.135,88 | 76.804,11 | 330.000,00 | 335.000,00 | 340.000,00 | 345.000,00 |
| 1.9.9.9.99.2.1 | 2.218.415,08 | 10.570.473,24 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal | 2.218.415,08 | 10.570.473,24 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2.0.0.0.00.0.0 | 0,00 | 203.557,42 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 0,00 | 203.557,42 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2.2.0.0.00.0.0 | 0,00 | 203.557,42 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| ALIENAÇÃO DE BENS | 0,00 | 203.557,42 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2.2.1.0.00.0.0 | 0,00 | 203.557,42 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS | 0,00 | 203.557,42 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2.2.1.3.00.0.0 | 0,00 | 203.557,42 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E SEMOVENTES | 0,00 | 203.557,42 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2.2.1.3.01.0.0 | 0,00 | 203.557,42 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E SEMOVENTES - Principal | 0,00 | 203.557,42 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2.2.1.3.01.0.1 | 2.218.415,08 | 10.366.915,82 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal | 2.218.415,08 | 10.366.915,82 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2.4.0.0.00.0.0 | 678.298,01 | 6.013.614,70 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | 678.298,01 | 6.013.614,70 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2.4.1.0.00.0.0 | 0,00 | 4.361.781,56 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES | 0,00 | 4.361.781,56 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2.4.1.1.00.0.0 | 0,00 | 4.361.781,56 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS | 0,00 | 4.361.781,56 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2.4.1.1.50.0.0 | 0,00 | 4.361.781,56 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS - FUNDO A FUNDO - BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE | 0,00 | 4.361.781,56 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2.4.1.1.50.1.1 | 0,00 | 2.928.543,30 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Atenção Primária - Principal | 0,00 | 2.928.543,30 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2.4.1.1.50.2.1 | 0,00 | 1.433.238,26 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Atenção Especializada - Principal | 0,00 | 1.433.238,26 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |



Prefeitura Municipal de Resplendor
Estado de Minas Gerais
Anexo I - Receitas - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Anexo I - Receitas - Art. 4º, § 2º, inciso II da LRF

EXERCÍCIO: - 2027

| ESPECIFICAÇÃO | ARRECADADA | | | ORÇADA | | | PREVISÃO | | |
|-------------------|----------------|---------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------|--|--|
| | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 | 2028 | 2029 | | | |
| | 2.4.1.2.00.0.0 | 78.298,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| 2.4.1.2.50.0.0 | 78.298,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | |
| 2.4.1.2.50.9.1 | 78.298,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | |
| 2.4.1.3.00.0.0 | 0,00 | 170.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | |
| - FNAS | | | | | | | | | |
| 2.4.1.3.50.0.0 | 0,00 | 170.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | |
| SOCIAL - FNAS | | | | | | | | | |
| 2.4.1.3.50.0.1 | 0,00 | 170.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | |
| 2.4.1.4.00.0.0 | 0,00 | 152.687,76 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | |
| 2.4.1.4.99.0.0 | 0,00 | 152.687,76 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | |
| 2.4.1.4.99.0.1 | 0,00 | 152.687,76 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | |
| 2.4.1.9.00.0.0 | 600.000,00 | 1.329.145,38 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | |
| 2.4.1.9.51.0.0 | 600.000,00 | 1.188.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | |
| 2.4.1.9.51.0.1 | 0,00 | 141.145,38 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | |
| 2.4.1.9.99.0.0 | 0,00 | 1.188.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | |
| 2.4.1.9.99.0.1 | 0,00 | 141.145,38 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | |
| 2.4.2.0.00.0.0 | 1.540.117,07 | 4.179.748,26 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | |
| 2.4.2.1.00.0.0 | 384.310,07 | 903.865,49 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | |
| ESTADOS E DF | | | | | | | | | |
| 2.4.2.1.50.0.0 | 384.310,07 | 903.865,49 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | |
| 2.4.2.1.50.0.1 | 384.310,07 | 903.865,49 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | |
| 2.4.2.2.00.0.0 | 0,00 | 2.366.781,46 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | |
| 2.4.2.2.51.0.0 | 0,00 | 1.766.781,46 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | |
| DE EDUCAÇÃO | | | | | | | | | |
| 2.4.2.2.51.0.1 | 0,00 | 1.766.781,46 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | |
| Principal | | | | | | | | | |
| 2.4.2.2.99.0.0 | 0,00 | 600.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | |
| ENTIDADES | | | | | | | | | |
| 2.4.2.2.99.0.1 | 0,00 | 600.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | |
| 2.4.2.9.00.0.0 | 1.155.807,00 | 909.101,31 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | |
| 2.4.2.9.99.0.0 | 1.155.807,00 | 909.101,31 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | |
| 2.4.2.9.99.0.1 | 1.155.807,00 | 909.101,31 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | |
| 2.4.4.0.00.0.0 | 0,00 | 173.552,86 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | |
| 2.4.4.1.00.0.0 | 0,00 | 173.552,86 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | |
| 2.4.4.1.99.0.0 | 0,00 | 173.552,86 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | |
| 2.4.4.1.99.0.1 | 0,00 | 173.552,86 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | |
| 90.0.0.0.00.0.0 | -9.236.025,26 | -9.946.634,15 | -10.704.000,00 | -11.080.000,00 | -11.456.000,00 | -11.832.000,00 | | | |
| 95.0.0.0.00.0.0 | -9.207.791,32 | -9.946.017,81 | -10.704.000,00 | -11.080.000,00 | -11.456.000,00 | -11.832.000,00 | | | |
| 95.1.7.1.1.51.1.1 | -6.734.403,55 | -7.339.836,45 | -7.800.000,00 | -8.100.000,00 | -8.400.000,00 | -8.700.000,00 | | | |
| Principal | | | | | | | | | |



Anexo I - Receitas - Art. 4º, § 2º, inciso II da LRF

| ESPECIFICAÇÃO | ARRECADADA | | | | ORÇADA | | | | PREVISÃO | | | |
|--|---------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 | 2028 | 2029 | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 | 2028 | 2029 |
| Dedução da Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal | -14.729,68 | -17.573,22 | -10.000,00 | -12.000,00 | -14.000,00 | -16.000,00 | -14.000,00 | -12.000,00 | -10.000,00 | -12.000,00 | -14.000,00 | -16.000,00 |
| Dedução da Cota-Parte do ICMS - Principal | -1.856.383,89 | -1.946.624,87 | -2.240.000,00 | -2.280.000,00 | -2.320.000,00 | -2.360.000,00 | -2.320.000,00 | -2.240.000,00 | -2.240.000,00 | -2.280.000,00 | -2.320.000,00 | -2.360.000,00 |
| Deduções Da Cota-parte Do Ipvva - Principal | -578.649,62 | -616.583,40 | -630.000,00 | -660.000,00 | -690.000,00 | -720.000,00 | -690.000,00 | -616.583,40 | -630.000,00 | -660.000,00 | -690.000,00 | -720.000,00 |
| Deduções Da Cota-parte Do Ipi - Municípios - Principal | -23.624,58 | -25.399,87 | -24.000,00 | -28.000,00 | -32.000,00 | -36.000,00 | -32.000,00 | -25.399,87 | -24.000,00 | -28.000,00 | -32.000,00 | -36.000,00 |
| DEDUÇÕES DE RETIFICAÇÕES | -28.233,94 | -616,34 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | -616,34 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Retificação da Transferência Obrigatória Decorrente da Lei Complementar 176/2020 | -28.233,94 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Retificação de Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento | 0,00 | -616,34 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | -616,34 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais | 91.624.135,79 | 113.990.178,38 | 113.300.000,00 | 117.100.000,00 | 120.250.000,00 | 123.650.000,00 | 113.300.000,00 | 113.990.178,38 | 113.300.000,00 | 117.100.000,00 | 120.250.000,00 | 123.650.000,00 |


Nemias Martins de Souza
Prefeito Municipal


Carlos Elias Rocha Pires
Contador MG-043596/O



Anexo II - Despesas - Lei de Diretrizes Orçamentárias

EXERCÍCIO - 2027

Anexo II - Despesas - Art. 4º, § 2º, inciso II da LRF

| CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESAS | EXECUTADA | | | | ORÇADA | | | PREVISÃO | |
|--|--------------------|---------------|---------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 | 2028 | 2029 | 2027 | 2029 | |
| | DESPESAS CORRENTES | 89.898.292,49 | 91.214.075,32 | 108.204.371,59 | 113.050.500,00 | 115.162.500,00 | 117.607.500,00 | 113.050.500,00 | 117.607.500,00 |
| PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 43.195.023,59 | 46.182.290,84 | 54.802.000,00 | 59.278.500,00 | 60.182.500,00 | 61.180.500,00 | 59.278.500,00 | 61.180.500,00 | |
| TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIANTE CONTRATO DE RATEIO | 0,00 | 36.655,17 | 253.000,00 | 262.000,00 | 271.000,00 | 275.000,00 | 262.000,00 | 275.000,00 | |
| Rateio pela Participação em Consórcio Público | 0,00 | 36.655,17 | 253.000,00 | 262.000,00 | 271.000,00 | 275.000,00 | 262.000,00 | 275.000,00 | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | 43.195.023,59 | 46.145.635,67 | 54.549.000,00 | 59.016.500,00 | 59.911.500,00 | 60.905.500,00 | 59.016.500,00 | 60.905.500,00 | |
| Aposentadoria do RPPS, Reserva Remunerada Reforma | 96.504,09 | 97.352,97 | 119.000,00 | 124.000,00 | 129.000,00 | 134.000,00 | 124.000,00 | 134.000,00 | |
| Pensões do RPPS e do Militar | 332.448,14 | 318.711,13 | 383.000,00 | 389.000,00 | 404.000,00 | 421.000,00 | 389.000,00 | 421.000,00 | |
| Contratação por Tempo Determinado | 13.988.685,40 | 14.516.050,01 | 17.989.000,00 | 19.656.000,00 | 19.861.000,00 | 20.075.000,00 | 19.656.000,00 | 20.075.000,00 | |
| Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil | 24.592.140,48 | 24.392.598,77 | 27.236.500,00 | 29.090.000,00 | 29.381.000,00 | 29.788.000,00 | 29.090.000,00 | 29.788.000,00 | |
| Obrigações Patronais | 4.164.452,92 | 5.988.094,34 | 8.088.000,00 | 8.285.000,00 | 8.617.000,00 | 8.956.000,00 | 8.285.000,00 | 8.956.000,00 | |
| Sentenças Judiciais | 0,00 | 0,00 | 12.000,00 | 12.000,00 | 12.000,00 | 12.000,00 | 12.000,00 | 12.000,00 | |
| Indenizações E Restituições Trabalhistas | 20.792,56 | 832.828,45 | 721.500,00 | 1.460.500,00 | 1.507.500,00 | 1.539.500,00 | 1.460.500,00 | 1.539.500,00 | |
| JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA | 0,00 | 0,00 | 31.000,00 | 32.000,00 | 33.000,00 | 35.000,00 | 32.000,00 | 35.000,00 | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | 0,00 | 0,00 | 31.000,00 | 32.000,00 | 33.000,00 | 35.000,00 | 32.000,00 | 35.000,00 | |
| Juros Sobre A Dívida Por Contrato | 0,00 | 0,00 | 31.000,00 | 32.000,00 | 33.000,00 | 35.000,00 | 32.000,00 | 35.000,00 | |
| OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 46.703.268,90 | 45.031.784,48 | 53.371.371,59 | 53.740.000,00 | 54.947.000,00 | 56.392.000,00 | 53.740.000,00 | 56.392.000,00 | |
| TRANSFERÊNCIAS À UNIÃO | 463.918,60 | 176.138,04 | 312.000,00 | 324.000,00 | 337.000,00 | 350.000,00 | 324.000,00 | 350.000,00 | |
| Contribuições | 463.918,60 | 176.138,04 | 312.000,00 | 324.000,00 | 337.000,00 | 350.000,00 | 324.000,00 | 350.000,00 | |
| TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL | 367.290,00 | 329.396,93 | 510.000,00 | 717.000,00 | 738.000,00 | 757.000,00 | 717.000,00 | 757.000,00 | |
| Contribuições | 367.290,00 | 329.396,93 | 510.000,00 | 717.000,00 | 738.000,00 | 757.000,00 | 717.000,00 | 757.000,00 | |
| TRANSFERÊNCIAS INST.PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS | 7.352.922,78 | 11.861.631,77 | 15.588.197,27 | 14.949.500,00 | 14.960.500,00 | 14.970.500,00 | 14.949.500,00 | 14.970.500,00 | |
| Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica | 0,00 | 972.093,75 | 1.725.000,00 | 1.725.000,00 | 1.725.000,00 | 1.725.000,00 | 1.725.000,00 | 1.725.000,00 | |
| Contribuições | 3.726.531,54 | 7.975.792,52 | 12.856.000,00 | 12.864.000,00 | 12.875.000,00 | 12.885.000,00 | 12.864.000,00 | 12.885.000,00 | |
| Subvenções Sociais | 3.626.391,24 | 2.913.745,50 | 1.007.197,27 | 360.500,00 | 360.500,00 | 360.500,00 | 360.500,00 | 360.500,00 | |
| TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS | 0,00 | 1.443.565,90 | 423.000,00 | 390.000,00 | 404.000,00 | 425.000,00 | 390.000,00 | 425.000,00 | |
| TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS RATEIO | 0,00 | 1.443.565,90 | 423.000,00 | 390.000,00 | 404.000,00 | 425.000,00 | 390.000,00 | 425.000,00 | |
| Rateio pela Participação em Consórcio Público | 0,00 | 1.443.565,90 | 423.000,00 | 390.000,00 | 404.000,00 | 425.000,00 | 390.000,00 | 425.000,00 | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | 38.519.137,52 | 31.221.051,84 | 36.538.174,32 | 37.359.500,00 | 38.507.500,00 | 39.889.500,00 | 37.359.500,00 | 39.889.500,00 | |
| Contratação por Tempo Determinado | 0,00 | 0,00 | 143.000,00 | 145.000,00 | 147.000,00 | 150.000,00 | 145.000,00 | 150.000,00 | |
| Diárias - Pessoal Civil | 325.026,00 | 465.738,18 | 503.000,00 | 517.000,00 | 532.000,00 | 539.000,00 | 517.000,00 | 539.000,00 | |
| Material De Consumo | 8.999.146,30 | 7.037.212,90 | 7.584.000,00 | 7.764.000,00 | 7.977.000,00 | 8.204.000,00 | 7.764.000,00 | 8.204.000,00 | |
| Material, Bem ou Serv para Distribuição. Gratuita | 60.277,00 | 90.926,80 | 200.000,00 | 200.000,00 | 200.000,00 | 200.000,00 | 200.000,00 | 200.000,00 | |
| Passagens e Despesas com Locomoção | 0,00 | 0,00 | 45.000,00 | 45.000,00 | 45.000,00 | 45.000,00 | 45.000,00 | 45.000,00 | |
| Serviços De Consultoria | 289.956,00 | 326.123,36 | 420.000,00 | 341.000,00 | 350.000,00 | 364.000,00 | 341.000,00 | 364.000,00 | |
| Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física | 1.239.773,48 | 693.183,13 | 1.118.000,00 | 1.128.000,00 | 1.138.000,00 | 1.148.000,00 | 1.128.000,00 | 1.148.000,00 | |
| Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica | 24.885.737,03 | 20.559.474,86 | 21.406.674,32 | 22.621.000,00 | 23.432.000,00 | 24.466.000,00 | 22.621.000,00 | 24.466.000,00 | |
| Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica | 40.187,91 | 42.311,26 | 197.500,00 | 179.500,00 | 186.500,00 | 193.500,00 | 179.500,00 | 193.500,00 | |
| Obrigações Tributárias e Contributivas | 895.959,52 | 1.076.648,39 | 848.000,00 | 881.000,00 | 916.000,00 | 947.000,00 | 881.000,00 | 947.000,00 | |
| Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas | 451.920,51 | 310.948,98 | 532.000,00 | 534.000,00 | 536.000,00 | 538.000,00 | 534.000,00 | 538.000,00 | |
| Sentenças Judiciais | 117.768,60 | 511.203,81 | 2.000.000,00 | 1.500.000,00 | 1.500.000,00 | 1.500.000,00 | 1.500.000,00 | 1.500.000,00 | |



Prefeitura Municipal de Resplendor
Estado de Minas Gerais
Anexo II - Despesas - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Anexo II - Despesas - Art. 4º, § 2º, inciso II da LRF

EXERCÍCIO - 2027

| CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESAS | EXECUTADA | | | ORÇADA | | | PREVISÃO | | |
|---|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------|--|--|
| | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 | 2028 | 2029 | | | |
| | | | | | | | | | |
| Despesas de Exercícios Anteriores | 0,00 | 25.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | | | |
| Indenizações e Restituições | 0,00 | 82.280,17 | 136.000,00 | 57.000,00 | 59.000,00 | 60.000,00 | | | |
| APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO COM CONSÓRCIO PÚBLICO | 1.219.385,17 | 0,00 | 1.404.000,00 | 1.446.000,00 | 1.488.000,00 | 1.534.000,00 | | | |
| Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica | 1.219.385,17 | 0,00 | 1.404.000,00 | 1.446.000,00 | 1.488.000,00 | 1.534.000,00 | | | |
| DESPESAS DE CAPITAL | 12.257.920,39 | 10.853.613,47 | 4.100.697,27 | 4.017.500,00 | 5.054.500,00 | 6.007.500,00 | | | |
| INVESTIMENTOS | 11.290.630,79 | 9.761.638,96 | 3.150.697,27 | 3.057.500,00 | 4.089.500,00 | 5.041.500,00 | | | |
| TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS | 0,00 | 9.338,78 | 30.000,00 | 31.000,00 | 33.000,00 | 33.000,00 | | | |
| TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS | 0,00 | 9.338,78 | 30.000,00 | 31.000,00 | 33.000,00 | 33.000,00 | | | |
| Ratão pela Participação em Consórcio Público | 0,00 | 9.338,78 | 30.000,00 | 31.000,00 | 33.000,00 | 33.000,00 | | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | 11.290.630,79 | 9.752.300,18 | 3.120.697,27 | 3.026.500,00 | 4.056.500,00 | 5.008.500,00 | | | |
| Obras E Instalações | 8.992.141,12 | 2.498.122,55 | 1.412.022,96 | 1.585.500,00 | 2.584.500,00 | 3.503.500,00 | | | |
| Equipamentos E Material Permanente | 2.298.489,67 | 4.280.035,68 | 1.601.674,31 | 1.384.000,00 | 1.415.000,00 | 1.448.000,00 | | | |
| Aquisição De Imóveis | 0,00 | 2.974.141,95 | 107.000,00 | 57.000,00 | 57.000,00 | 57.000,00 | | | |
| AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA | 967.289,60 | 1.091.974,51 | 950.000,00 | 960.000,00 | 965.000,00 | 966.000,00 | | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | 967.289,60 | 1.091.974,51 | 950.000,00 | 960.000,00 | 965.000,00 | 966.000,00 | | | |
| Principal Da Dívida Contratual Resgatado | 967.289,60 | 1.091.974,51 | 950.000,00 | 960.000,00 | 965.000,00 | 966.000,00 | | | |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA DO RPPS | 0,00 | 0,00 | 994.931,14 | 32.000,00 | 33.000,00 | 35.000,00 | | | |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA DO RPPS | 0,00 | 0,00 | 994.931,14 | 32.000,00 | 33.000,00 | 35.000,00 | | | |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA DO RPPS | 0,00 | 0,00 | 994.931,14 | 32.000,00 | 33.000,00 | 35.000,00 | | | |
| Reserva de Contingência ou Reserva do RPPS | 0,00 | 0,00 | 994.931,14 | 32.000,00 | 33.000,00 | 35.000,00 | | | |
| | 102.156.212,88 | 102.067.686,79 | 113.300.000,00 | 117.100.000,00 | 120.250.000,00 | 123.650.000,00 | | | |

Nemias Martins de Souza
Prefeito Municipal

Carlos Eliás Rocha Pires
Contador MG-043596/O



Prefeitura Municipal de Resplendor
Estado de Minas Gerais
Demonstrativo I - Metas Anuais

AMF - TABELA 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

EXERCÍCIO: - 2027

| ESPECIFICAÇÃO | 2027 | | | 2028 | | | 2029 | | |
|-------------------------------------|--------------------|-----------------|---------------------|--------------------|-----------------|---------------------|--------------------|-----------------|---------------------|
| | Valor Corrente (a) | Valor Constante | % PIB (a/PIB) x 100 | Valor Corrente (b) | Valor Constante | % PIB (b/PIB) x 100 | Valor Corrente (c) | Valor Constante | % PIB (c/PIB) x 100 |
| Receita Total | 117.100.000,00 | 117.100.000,00 | 0,010 | 120.250.000,00 | 120.250.000,00 | 0,010 | 123.650.000,00 | 123.650.000,00 | 0,010 |
| Receita Primária (I) | 114.718.000,00 | 114.718.000,00 | 0,010 | 117.767.000,00 | 117.767.000,00 | 0,010 | 121.066.000,00 | 121.066.000,00 | 0,010 |
| Despesa Total | 117.100.000,00 | 117.100.000,00 | 0,010 | 120.250.000,00 | 120.250.000,00 | 0,010 | 123.650.000,00 | 123.650.000,00 | 0,010 |
| Despesa Primária (II) | 116.108.000,00 | 116.108.000,00 | 0,010 | 119.252.000,00 | 119.252.000,00 | 0,010 | 122.649.000,00 | 122.649.000,00 | 0,010 |
| Resultado Primária (III) = (I - II) | -1.390.000,00 | -1.390.000,00 | 0,000 | -1.485.000,00 | -1.485.000,00 | 0,000 | -1.583.000,00 | -1.583.000,00 | 0,000 |
| Resultado Nominal | -8.843.297,06 | -8.843.297,06 | -0,001 | -7.983.862,23 | -7.983.862,23 | -0,001 | -7.098.644,35 | -7.098.644,35 | -0,001 |
| Dívida Pública Consolidada | 182.196,29 | 182.196,29 | 0,000 | 0,00 | 0,00 | 0,000 | 0,00 | 0,00 | 0,000 |
| Dívida Consolidada Líquida | -22.856.198,02 | -22.856.198,02 | -0,002 | -24.666.617,70 | -24.666.617,70 | -0,002 | -26.531.349,98 | -26.531.349,98 | -0,002 |


Nota:


- O cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

| VARIÁVEIS | 2027 | 2028 | 2029 |
|--|---|----------------------|----------------------|
| | Inflação média (% anual) projetada com base em índices oficiais de inflação | 0,00 | 0,00 |
| Projeção do PIB do Estado - R\$ milhares | 1.186.068.312.000,00 | 1.221.650.361.360,00 | 1.258.299.872.200,00 |

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes:

| 2027 | 2028 | 2029 |
|-------------------------|-------------------------|-------------------------|
| Valor Corrente / 1,0000 | Valor Corrente / 1,0000 | Valor Corrente / 1,0000 |


Nemias Martins de Souza
Prefeito Municipal


Carlos Elias Rocha Pires
Contador MG-043596/O



Prefeitura Municipal de Resplendor
Estado de Minas Gerais

Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior

EXERCÍCIO: - 2027

AMF - Demonstrativo II (LRF, art. 4º, § 2º, inciso I)

| ESPECIFICAÇÃO | METAS PREVISTAS | | | | METAS REALIZADAS | | | | VARIACIONES | |
|-------------------------------------|-----------------|---------|----------|----------------|------------------|----------|---------------|-----------|-------------|--|
| | 2025 | % PIB | % RCL | 2025 | 2025 | % PIB | % RCL | VALOR | % | |
| | | | | | | | | | | |
| Receita Total | 98.437.598,64 | 0,0102 | 101,9737 | 113.990.178,38 | 0,0119 | 118,0850 | 15.552.579,74 | 15,7994 | | |
| Receita Primária (I) | 96.161.006,64 | 0,0100 | 99,6153 | 111.445.214,30 | 0,0116 | 115,4486 | 15.284.207,66 | 15,8944 | | |
| Despesa Total | 98.437.598,64 | 0,0102 | 101,9737 | 102.067.688,79 | 0,0106 | 105,7342 | 3.630.090,15 | 3,6877 | | |
| Despesa Primária (II) | 97.426.238,64 | 0,0101 | 100,9260 | 100.975.714,28 | 0,0105 | 104,6030 | 3.549.475,64 | 3,6432 | | |
| Resultado Primária (III) = (I - II) | -1.265.232,00 | 0,0000 | -1,3107 | 10.469.500,02 | 0,0013 | 10,8456 | 11.734.732,02 | -927,4767 | | |
| Resultado Nominal | -5.598.950,23 | -0,0006 | -5,8001 | 0,00 | 0,0000 | 0,0000 | 5.598.950,23 | 0,0000 | | |
| Dívida Pública Consolidada | 421,04 | 0,0000 | 0,0004 | 0,00 | 0,0000 | 0,0000 | -421,04 | 0,0000 | | |
| Dívida Consolidada Líquida | -20.770.625,13 | -0,0022 | -21,5168 | 0,00 | 0,0000 | 0,0000 | 20.770.625,13 | 0,0000 | | |

Nêmias Martins de Souza
Prefeito Municipal

Carlos Elias Rocha Pires
Contador MG-045596/O



EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

AMF - Demonstrativo IV (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 2025 | % | 2024 | % | 2023 | % |
|---------------------|----------------------|---------------|----------------------|---------------|----------------------|---------------|
| Resultado Acumulado | 90.522.339,97 | 100,00 | 69.597.238,27 | 100,00 | 68.726.223,76 | 100,00 |
| TOTAL | 90.522.339,97 | 100,00 | 69.597.238,27 | 100,00 | 68.726.223,76 | 100,00 |

Nemias Martins de Souza

Prefeito Municipal

Carlos Elias Rocha Pires

Contador MG-043596/O

**ORIGEM E APLICAÇÃO DE RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS**

AMF - Demonstrativo 5(LRF, art.4º,§2º,Inciso III)

| RECEITAS REALIZADAS | 2025 (a) | 2024 (b) | 2023 (c) |
|---|-------------|-------------|-------------|
| RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I) | 206.375,72 | 6.745,56 | 20.686,04 |
| ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS | 203.557,42 | | |
| ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS | | | |
| ALIENAÇÃO DE BENS INTANGÍVEIS | | | |
| Rendimentos de Aplicações Financeiras | 2.818,30 | 6.745,56 | 20.686,04 |

| DESPESAS EXECUTADAS | 2025 (d) | 2024 (e) | 2023 (f) |
|---|-------------|-------------|-------------|
| APLICAÇÃO DOS RECURSOS DE ALIENAÇÃO DOS ATIVOS (II) | | 226.502,50 | |
| DESPESAS DE CAPITAL | | 226.502,50 | |
| INVESTIMENTOS | | 226.502,50 | |
| INVERSÕES FINANCEIRAS | | | |
| AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA | | | |
| DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA | | | |
| Regime Geral de Previdência Social | | | |
| Regime Próprio de Previdência dos Servidores | | | |

| SALDO FINANCEIRO | 2025 (g)=((Ia-IIId)+IIIh) | 2024 (h)=((Ib-IIe)+IIIi) | 2023 (i)=((Ic-IIf) |
|------------------|------------------------------|-----------------------------|-----------------------|
| OR (III) | 7.304,82 | -199.070,90 | 20.686,04 |

Nemias Martins de Souza

Prefeito Municipal

Carlos Elias Rocha Pires

Contador MG-043596/O



AMF - Tabela 8 (LRF, art. 4º, §2º, inciso V)

Prefeitura Municipal de Resplendor

Estado de Minas Gerais

Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita

Página: 1 de 1

EXERCÍCIO: - 2027

Não existe previsão de renúncia de receita para os próximos exercícios

Nêmias Martins de Souza

Prefeito Municipal

Carlos Elias Rocha Pires

Contador MG-043596/O



Prefeitura Municipal de Resplendor

Estado de Minas Gerais

Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

AMF - Demonstrativo VIII (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

EXERCÍCIO: - 2027

| EVENTOS | Valor Previsto para 2027 |
|---|--------------------------|
| Aumento Permanente da Receita | 4.176.000,00 |
| (-) Transferências Constitucionais | 0,00 |
| (-) Transferências ao FUNDEB | 376.000,00 |
| Saldo Final do Aumento Permanente da Receita (I) | 3.800.000,00 |
| Redução Permanente de Despesa (II) | 0,00 |
| Margem Bruta (III) = (I+II) | 3.800.000,00 |
| Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV) | 0,00 |
| Novas DOCC | 0,00 |
| Novas DOCC geradas por PPP | 0,00 |
| Margem Líquida de Expansão de DOPCC(V) = (III-IV) | 3.800.000,00 |

Nemias Martins de Souza

Prefeito Municipal

Carlos Elias Rocha Pires

Contador MG-043596/O



Prefeitura Municipal de Resplendor
Estado de Minas Gerais
Metas e Prioridades para o Exercício

(art. 165º, § 2º da Constituição Federal)

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2027

Programa : 010 - Administração da Câmara Municipal

Objetivo : Prover a Câmara Municipal dos recursos humanos e materiais necessários ao cumprimento de suas funções.

AÇÃO

DESCRIÇÃO

2001 Manutenção do Corpo Legislativo

2004 Manutenção dos Serviços Gerais da Câmara



Prefeitura Municipal de Resplendor
Estado de Minas Gerais
Metas e Prioridades para o Exercício

(art. 165º, § 2º da Constituição Federal)

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2027

Programa :040 - Programa de Apoio Administrativo

Objetivo : Proporcionar a continuidade das atividades administrativas.

| AÇÃO | DESCRIÇÃO |
|------|--|
| 2063 | Manutenção da Gestão Secretaria Municipal de Assistência Social |
| 2064 | Manutenção dos Conselhos Vinculados a Assistência Social |
| 2095 | Manutenção Secr. Municipal Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável |
| 2118 | Manutenção Atividades da Procuradoria Geral |
| 2119 | Manutenção Atividades da Secretaria de Desenvolvimento Rural |
| 2126 | Manutenção das Atividades da Controladoria Geral do Município |
| 2147 | Ações de Educação - Emendas Impositivas |
| 2150 | Ações de Obras e Serv. Públicos - Emendas Impositivas |



(art. 165º, § 2º da Constituição Federal)

Prefeitura Municipal de Resplendor
Estado de Minas Gerais
Metas e Prioridades para o Exercício

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2027

Programa : **190 - Ensino Regular**

Objetivo : Assegurar a igualdade nas condições de acesso, permanência e êxito do aluno matriculado no Ensino Regular.

AÇÃO

DESCRIÇÃO

2021 Atividades do Ensino Especial

2148 Ações de Educação - Ensino Superior - Emendas Impositivas



(art. 165º, § 2º da Constituição Federal)

Prefeitura Municipal de Resplendor
Estado de Minas Gerais
Metas e Prioridades para o Exercício

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2027

Programa : 210 - Programa de Desporto Amador

Objetivo : Aumentar a capacidade de área para a prática de esportes.

| AÇÃO | DESCRIÇÃO |
|------|--|
| 2127 | Manutenção das Atividades Esportivas |
| 2152 | Ações de Esporte e Lazer - Emendas Impositivas |



Prefeitura Municipal de Resplendor
Estado de Minas Gerais
Metas e Prioridades para o Exercício

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2027

(art. 165º, § 2º da Constituição Federal)

Programa : **270 - Programa de Assistência Social Geral**

Objetivo : Proporcionar Assistência Social Geral.

| ACÇÃO | DESCRIÇÃO |
|-------|---|
| 2068 | Manutenção do Conselho Tutelar |
| 2088 | Manutenção dos Programas Vinculados a Assistência Social |
| 2108 | Manutenção das Atividades da Gestão da Assistência Social |
| 2109 | Manutenção das Atividades da Proteção Social Básica |
| 2111 | Manutenção do PROCAD SUAS |
| 2112 | Manutenção do Programa Bolsa Família e Cadastro Único |
| 2113 | Manutenção dos Programas da Assistência Social |
| 2114 | Manutenção do PROFORT-SUAS RIO DOCE |
| 2115 | Manutenção do Conselho Municipal de Assistência Social |
| 2116 | Manutenção das Atividades de Proteção Social Emergencial |
| 2117 | Concessão de Benefícios Eventuais |
| 2144 | Ações Assistência Social - Subvenções - Emendas Impositivas |



Prefeitura Municipal de Resplendor
Estado de Minas Gerais
Metas e Prioridades para o Exercício

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2027

(art. 165º, § 2º da Constituição Federal)

Programa : 300 - Produção Animal

Objetivo : Apoio a Produção Animal no Município.

| AÇÃO | DESCRIÇÃO |
|------|-----------|
|------|-----------|

2151 Ações de Desenvolvimento Rural - Emendas Impositivas



(art. 165º, § 2º da Constituição Federal)

Prefeitura Municipal de Resplendor
Estado de Minas Gerais
Metas e Prioridades para o Exercício

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2027

Programa : 500 - Estradas Vicinais

Objetivo : Manutenção das Estradas Vicinais.

AÇÃO

DESCRIÇÃO

2062 Manutenção dos Serviços Municipais de Estradas Vicinais



Prefeitura Municipal de Resplendor
Estado de Minas Gerais
Metas e Prioridades para o Exercício

(art. 165º, § 2º da Constituição Federal)

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2027

Programa : **570 - Assistência Médica e Sanitária**

Objetivo : Dar Assistência Médica e Sanitária no Município.

| AÇÃO | DESCRIÇÃO |
|------|-----------|
|------|-----------|

| | |
|------|--------------------------|
| 2041 | Manutenção Saúde Pública |
|------|--------------------------|

| | |
|------|---|
| 2042 | Manutenção Estado Cofinanciamento da Atenção Primária |
|------|---|

| | |
|------|---|
| 2044 | Manutenção do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS |
|------|---|

| | |
|------|------------------------------------|
| 2050 | Manutenção das atividades do CAPSI |
|------|------------------------------------|

| | |
|------|--------------------------------------|
| 2051 | Manutenção de Atividades com CISDOCE |
|------|--------------------------------------|

| | |
|------|---|
| 2052 | Manutenção das Atividades de Assistência Farmacêutica |
|------|---|

| | |
|------|--------------------------------------|
| 2145 | Ações de Saúde - Emendas Impositivas |
|------|--------------------------------------|

| | |
|------|---|
| 2146 | Ações de Saúde - Vigilância Sanitária - Emendas Impositivas |
|------|---|



Prefeitura Municipal de Resplendor
Estado de Minas Gerais
Metas e Prioridades para o Exercício

(art. 165º, § 2º da Constituição Federal)

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2027

Programa : **605 - Execução da Proteção Social Especial**

Objetivo : Atendimento a famílias em situação de vulnerabilidade e risco social.

AÇÃO

DESCRIÇÃO

2110 Manutenção dos Serviços de Proteção Social Especial



(art. 165º, § 2º da Constituição Federal)

Prefeitura Municipal de Resplendor
Estado de Minas Gerais
Metas e Prioridades para o Exercício

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2027

Programa : 680 - Educação Ambiental

Objetivo : Propor Educacao Ambiental no Municipio.

AÇÃO

DESCRIÇÃO

2098 Atividades de Roteiro do CORIDOCE - Cons. Público P/Defesa e Revitalização do Rio Doce



(art. 165º, § 2º da Constituição Federal)

Prefeitura Municipal de Resplendor
Estado de Minas Gerais
Metas e Prioridades para o Exercício

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2027

Programa : 750 - Apoio Ao Turismo

Objetivo : Incentivar o Turismo no município de Resplendor.

AÇÃO

DESCRIÇÃO

2149 Ações do Turismo - Emendas Impositivas



Prefeitura Municipal de Resplendor
Estado de Minas Gerais
Metas e Prioridades para o Exercício

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2027

(art. 165º, § 2º da Constituição Federal)

Programa : 768 - Coordenadoria de Desenvolvimento Econômico

Objetivo : Atividades de coordenação

| AÇÃO | DESCRIÇÃO |
|------|--|
| 2143 | Associação Feira do Empreendedor |
| 2153 | Ações de Desenvolvimento Econômico - Emendas Impositivas |

Nemias Martins de Souza
Prefeito Municipal

Carlos Elias Rocha Pires
Contador MG-043596/O



Prefeitura Municipal de Resplendor
Estado de Minas Gerais
Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais

Página: 1 de 2

Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

EXERCÍCIO: - 2027

| DESPESAS CORRENTES | | |
|--------------------|----------------|------------|
| Metas Anuais | Valor Nominal | Variação % |
| 2024 | 89.898.292,49 | 0,00 |
| 2025 | 91.214.075,32 | 1,46 |
| 2026 | 108.204.371,59 | 18,63 |
| 2027 | 113.050.500,00 | 4,48 |
| 2028 | 115.162.500,00 | 1,87 |
| 2029 | 117.607.500,00 | 2,12 |

| PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | | |
|----------------------------|---------------|------------|
| Metas Anuais | Valor Nominal | Variação % |
| 2024 | 43.195.023,59 | 0,00 |
| 2025 | 46.182.290,84 | 6,92 |
| 2026 | 54.802.000,00 | 18,66 |
| 2027 | 59.278.500,00 | 8,17 |
| 2028 | 60.182.500,00 | 1,53 |
| 2029 | 61.180.500,00 | 1,66 |

| JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA | | |
|----------------------------|---------------|------------|
| Metas Anuais | Valor Nominal | Variação % |
| 2024 | 0,00 | 0,00 |
| 2025 | 0,00 | 0,00 |
| 2026 | 31.000,00 | 0,00 |
| 2027 | 32.000,00 | 3,23 |
| 2028 | 33.000,00 | 3,13 |
| 2029 | 35.000,00 | 6,06 |

| OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | |
|---------------------------|---------------|------------|
| Metas Anuais | Valor Nominal | Variação % |
| 2024 | 46.703.268,90 | 0,00 |
| 2025 | 45.031.784,48 | -3,58 |
| 2026 | 53.371.371,59 | 18,52 |
| 2027 | 53.740.000,00 | 0,69 |
| 2028 | 54.947.000,00 | 2,25 |
| 2029 | 56.392.000,00 | 2,63 |

| DESPESAS DE CAPITAL | | |
|---------------------|---------------|------------|
| Metas Anuais | Valor Nominal | Variação % |
| 2024 | 12.257.920,39 | 0,00 |
| 2025 | 10.853.613,47 | -11,46 |
| 2026 | 4.100.697,27 | -62,22 |
| 2027 | 4.017.500,00 | -2,03 |
| 2028 | 5.054.500,00 | 25,81 |
| 2029 | 6.007.500,00 | 18,85 |



Prefeitura Municipal de Resplendor
Estado de Minas Gerais
Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais

Página: 2 de 2

Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

EXERCÍCIO: - 2027

| INVESTIMENTOS | | |
|---------------|---------------|------------|
| Metas Anuais | Valor Nominal | Variação % |
| 2024 | 11.290.630,79 | 0,00 |
| 2025 | 9.761.638,96 | -13,54 |
| 2026 | 3.150.697,27 | -67,72 |
| 2027 | 3.057.500,00 | -2,96 |
| 2028 | 4.089.500,00 | 33,75 |
| 2029 | 5.041.500,00 | 23,28 |

| AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA | | |
|-----------------------|---------------|------------|
| Metas Anuais | Valor Nominal | Variação % |
| 2024 | 967.289,60 | 0,00 |
| 2025 | 1.091.974,51 | 12,89 |
| 2026 | 950.000,00 | -13,00 |
| 2027 | 960.000,00 | 1,05 |
| 2028 | 965.000,00 | 0,52 |
| 2029 | 966.000,00 | 0,10 |

| RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA DO RPPS | | |
|--|---------------|------------|
| Metas Anuais | Valor Nominal | Variação % |
| 2024 | 0,00 | 0,00 |
| 2025 | 0,00 | 0,00 |
| 2026 | 994.931,14 | 0,00 |
| 2027 | 32.000,00 | -96,78 |
| 2028 | 33.000,00 | 3,13 |
| 2029 | 35.000,00 | 6,06 |

Nemias Martins de Souza

Prefeito Municipal

Carlos Elias Rocha Pires

Contador MG-043596/O